

PONTO CRÍTICO

DF - DESEMPREGO

A redução do ICMS para atrair empresas é a melhor forma de gerar emprego no DF?

O governo do DF conseguiu aprovar na Câmara Legislativa proposta reduzindo o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços para empresas que se instalem em

Brasília. Pretende com isso promover a geração de empregos. O deputado distrital e ex-secretário da Fazenda do DF, Wasny de Roure, aponta a medida

como uma solução falsa para combater o desemprego. Já o presidente da Federação da Indústria de Brasília, Lourival Dantas, acredita que este é o caminho.



SIM

VENDER NOSSO MERCADO

Lourival Dantas

O desafio do desemprego no Distrito Federal, é forçoso reconhecer, está sendo enfrentado com grande determinação pelo governo Roriz. As ações nesse sentido correm de forma célere e, certamente, darão frutos importantes no curto, médio e longo prazos.

No curto prazo, as frentes de trabalho emergenciais criadas recentemente serão importantes para atender as necessidades imediatas das populações periféricas e marginalizadas pelo modelo globalizante e excludente, em marcha em todo o mundo ocidental. Ao assumir o compromisso com os mais pobres, no sentido de garantir-lhes trabalho em troca de um salário mínimo, mais a provisão de cestas básicas e programas como o do pão e do leite, o governo assegura o aumento da renda disponível nas cidades do DF.

No médio prazo, devem resultar bastante satisfatórias as decisões tomadas no campo fiscal. Goiás e Distrito Federal acordaram-se em trabalhar para tornar equivalentes nos dois estados a cobrança do ICMS nas transações

comerciais. Sem dúvida, sairá favorecido o comércio atacadista brasileiro. Há anos que esse segmento da economia local vem sendo prejudicado pela diferença das tarifas cobradas interna e externamente. Enquanto empresas de outros estados vendem aqui os seus produtos sustentadas numa base fiscal vantajosa, os atacadistas do DF ficaram na obrigação de competir desvantajosamente, ao cobrarem alíquotas maiores do ICMS sobre os produtos que vendem.

Resultado: sem condições de competir com os seus concorrentes, muitas empresas deslocaram-se para outros estados, notadamente Goiás e Minas Gerais. Perderam-se, nesse processo, milhares de empregos e investimentos na economia brasileira. Atualmente, 85% do comércio de atacado no DF são realizados por empresas de outros estados. Com a decisão governamental apoiada na Lei nº 2.381/99, aprovada pela Assembleia Legislativa — que assegura ao governo liberdade de ação no campo tributário que lhe diz respeito, como é o caso

de elevar ou reduzir alíquotas do ICMS — a expectativa é a de que, nos próximos dois anos, o comércio atacadista local venha dominar 65% do seu próprio mercado, transformando-se em forte gerador de empregos.

Finalmente, no médio, mas, também, no longo prazo, caminharemos para a industrialização do Distrito Federal. Não há outra alternativa para a economia brasileira. Em face das violentas restrições fiscais a que está submetido o governo federal, a este não sobra mais recursos para atender as demandas das unidades federativas, inclusive do Distrito Federal, como antigamente. Por isso, explodiu a guerra fiscal entre os estados, cada qual buscando sobreviver, por meio de legislações atrativas de investimentos.

O Distrito Federal dispõe de condições excepcionais para expandir o seu desenvolvimento em face dessa nova visão estratégica traçada pelo governo FHC. Ele possui a maior renda per capita do país, em torno de R\$ 12 mil, um PIB correspondente à soma

dos do Paraguai e da Bolívia, igual ao do Uruguai, um mercado consumidor poderoso e uma posição geográfica que o coloca no epicentro da América do Sul.

Ressalte-se que, no contexto da reforma tributária a ser aprovada no Congresso, a cobrança do ICMS federal, ou do IVA, como venha esse novo imposto chamar, no destino da mercadoria e não mais onde ela é produzida, favorecerá, enormemente, a economia brasileira, graças ao seu forte mercado consumidor. Os propósitos da industrialização da nossa economia sairão fortalecidos.

Resta, agora, ao DF fazer como os mascates. O governo e os empresários em parceria sintonizada devem colocar a pasta debaixo do braço e sair vendendo, Brasil e mundo afora, o nosso produto, ou seja, o nosso mercado. Não podemos nos dar ao luxo de ficarmos de braços cruzados. Essa é a alternativa mais rápida para se criar milhares de empregos na economia brasileira.

■ Lourival Dantas é presidente da Federação das Indústrias do DF

NÃO

FALSAS SOLUÇÕES

Wasny de Roure

Por iniciativa do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, a Câmara Legislativa aprovou, recentemente, a Lei nº 2.381/99, estabelecendo nova sistemática para a apuração do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, mas conhecido como ICMS.

Até o advento da referida lei, o valor do ICMS pago mensalmente pelas empresas no Distrito Federal era apurado descontando-se o montante já pago nas operações anteriores, ou seja, na aquisição das mercadorias objeto das vendas. Esse procedimento era adotado em respeito ao princípio da não-cumulatividade que caracteriza o ICMS.

Contudo, a partir da aprovação dessa lei, em flagrante violação a princípios constitucionais e legais, empresas de determinados setores escolhidos pelo governo poderão abater o valor do imposto, devido um percentual fixo, a título de crédito pelas operações anteriores. Isso acarretará substancial redução no ICMS a ser pago pelas

empresas beneficiadas.

A justificativa apresentada pelo governo para mais esta renúncia de receita é a de que tal medida fazia-se necessária para adequar a política tributária do Distrito Federal àquela praticada por estados como Goiás, Minas Gerais e São Paulo, entre outros. Assim, não só viabilizaria a permanência das empresas que já se acham instaladas aqui, como ofereceria um incentivo para atrair novas empresas. De acordo com essa visão, a implantação de novas empresas ampliaria a oferta de emprego, e assim resolveria um dos mais sérios problemas que aflige a população do Distrito Federal.

Ainda que se possa deixar de lado as questões legais que a matéria envolve, não resta qualquer dúvida de que a política implementada pelo governo local encerra um grave equívoco, pois considera que a questão do desemprego pode ser resolvida no âmbito dos estados, por meio de renúncia de receita. Tanto isso é verdade que, ao longo dos últimos anos, foram oferecidos inúmeros benefícios fiscais a diferentes setores, sob as mais varia-

das formas, como isenção, redução de alíquotas e de base de cálculo, financiamento do ICMS etc. Mesmo assim, o desemprego no Distrito Federal só fez aumentar, atingindo hoje o índice mais alto de toda a sua história, representado por mais de 191 mil trabalhadores desempregados.

Na realidade, a taxa de emprego em qualquer economia capitalista, como a brasileira, é determinada, dentre outros fatores, pelo nível de atividade econômica do qual a taxa de juros é uma das suas principais determinantes.

A taxa de juros praticada na economia brasileira, desde a implantação do Plano Real, tem se mantido em patamares estratosféricos, não só inviabilizando qualquer política de investimentos, como comprometendo a sobrevivência de milhares de empresas no País, conforme estatísticas recentes têm demonstrado. Mas ressalvo que o descréscimo que vem ocorrendo na referida taxa traduz índices de recuperação do processo de desenvolvimento que, oxalá, se mantenha nessa direção.

O desemprego tem causas muito mais profundas do que a

simples política tributária local, estando mais ligado à política econômica neoliberal do governo FHC, da qual o governador Joaquim Roriz é um árduo defensor.

Neste contexto, a política de concessão indiscriminada de incentivos fiscais, além de ineficaz para resolver a questão do desemprego, pode ter graves consequências para a sociedade, à medida que priva o Estado de recursos necessários para a implementação de políticas públicas na área da educação, da saúde, do saneamento básico, para citar alguns exemplos.

Entendo que o Governo do Distrito Federal bem que poderia buscar outras formas de criação de empregos, procurando ouvir a comunidade e suas forças representativas. Sem dúvida, o Partido dos Trabalhadores não se furtará a contribuir para se chegar a modalidades concretas que levem ao resultado efetivamente perseguido: a existência de empregos para milhares de brasileiros.

■ Wasny de Roure, ex-secretário de Fazenda e Planejamento do DF, é deputado distrital pelo PT e primeiro-secretário da Câmara Legislativa